

A.I. Nº - 294888.0031/03-7
AUTUADO - EFISAT COMÉRCIO DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA.
AUTUANTE - ROMY SANTOS SILVA
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 06. 04. 2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0084-04/04

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. 1. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. Infração comprovada. 2. ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES. ESTOQUE FINAL. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. De acordo com a legislação, considera-se saída do estabelecimento as mercadorias constantes no estoque final na data do encerramento das atividades. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. EXTRAVIO. MULTA. Infrações comprovadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 17/12/2003, exige ICMS no valor de R\$2.721,50, além do pagamento da multa no valor de R\$460,00, em razão das seguintes irregularidades:

1. Recolheu a menos o imposto no valor de R\$2.675,00, na condição de microempresa enquadrada no regime SIMBAHIA;
2. Deixou de recolher o imposto no valor de R\$46,50, relativa a mercadorias constantes do seu estoque final, quando do encerramento de suas atividades, o qual foi apurado através de levantamento fiscal;
3. Extraviou documentos fiscais, pelo que foi aplicada a multa no valor de R\$460,00.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal, fls.19 e 20 dos autos, solicitou, inicialmente, a emissão de DAE para pagamento dos itens 19 e 20 do Demonstrativo do Débito do Auto de Infração, cujas parcelas reconhece como devidas.

Quanto às parcelas remanescentes, o autuado apresentou os seguintes argumentos para refutar a exigência fiscal:

1. Que em 01/10/2001, as cotas da sócia majoritária Walquiria Vieira Ornelas e as de Lilian Nobre Assunção foram transferidas para os Srs. Ayalla Coutinho Bomfim e Zenilson dos Santos Cardoso, cuja alteração contratual foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia em 30/10/2001, conforme comprova o documento nº 1 anexo;
2. Que por incompatibilidade de acordo entre os novos sócios, os mesmos desistiram de continuar com as atividades da empresa, oportunidade em que providenciaram a sua baixa perante a Receita Federal, Prefeitura Municipal e Junta Comercial do Estado da Bahia. Quanto à baixa na Receita Estadual, foi protocolado o pedido em 15/06/2002, conforme prova o documento nº 2;
3. Que por falta de acompanhamento por parte do Escritório Contábil ML-Contabilidade, o qual prestava assessoria a empresa, resultou nas cominações objeto deste processo, cuja responsabilidade foi assumido pelo mesmo, conforme faz prova o documento nº 3 anexo;
4. Que recebeu com espanto e surpresa ao se dirigir ao balcão da SEFAZ, para dar início à outra atividade comercial, quando foi informado dos fatos.

Ao finalizar, requer a revisão do processo e o julgamento improcedente dos itens 1 a 18 do Demonstrativo de Débito.

A autuante ao prestar a informação fiscal, fez, inicialmente, um resumo das alegações defensivas.

Sobre a defesa formulada, assim se manifestou para refutá-la:

1. Que os itens 1 a 18 do Auto de Infração, exigem do autuado imposto recolhido a menos como micrompresa, o qual tem como sócios Walquiria Vieira Ornelas e Lillian Nobre Assunção;
2. Que o protocolo anexo à defesa diz respeito a um pedido de alteração cadastral, o qual foi indeferido pela INFAZ-Ilhéus, cujo documento não faz prova de solicitação de baixa por parte da empresa;
3. Que o autuado não apresenta argumentos ou documentos capazes de provocar revisão no processo, já que o mesmo se encontrava inscrito no SIMBAHIA até o momento do seu pedido de baixa, datado de 26/08/2003, o qual foi protocolado sob o nº 499289.2003-7;
4. Que o art. 136, do CTN, “estabelece que a responsabilidade tributária por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato”.

Ao finalizar, requer que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Da análise das peças que compõem o PAF, constatei que o autuado em sua defesa em relação às infrações 2 e 3, acatou a imposição fiscal, cujos valores cobrados foram objeto de recolhimento à Fazenda Estadual, conforme cópia do DAE anexado aos autos, fato que comprova o acerto da ação fiscal, pelo que mantenho as exigências.

No tocante à infração 1, relativa a recolhimento a menos do imposto no valor de R\$2.675,00, na condição de microempresa enquadrada no regime SIMBAHIA e que foi objeto de impugnação pelo sujeito passivo, as alegações defensivas não merecem o meu acolhimento, pelos seguintes motivos:

I - O fato dos ex-sócios haverem se retirado da sociedade cedendo as suas quotas para outras pessoas, conforme cópia da Alteração Contratual, a qual foi arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia, não tem o condão de eximí-lo de suas responsabilidades tributárias perante a Fazenda Estadual, uma vez que o seu pedido de alteração cadastral protocolado sob o nº 1471/2002-6 em 20/03/2002, foi indeferido pela INFAZ-Ilhéus, conforme extrato anexado pela defesa;

II - Por outro lado, a declaração firmada pelo escritório contábil de nome ML Contabilidade, também juntada na peça defensiva, segundo a qual a empresa não exerceu nenhuma atividade comercial a partir de 15/06/2002, não serve como elemento probatório para elidir a autuação, cujo comprovante hábil é o Documento de Informação Cadastral – DIC, o qual deveria ser preenchido e protocolado na INFAZ-Ilhéus para o processamento da baixa.

Aliado aos fatos acima, o autuado também não fez a juntada aos autos da documentação comprobatória de que efetuou a baixa de sua atividade comercial perante a Receita Federal, Prefeitura Municipal e Junta Comercial do Estado da Bahia, conforme alegado pela defesa.

Como o pedido de baixa somente foi protocolado em 26/08/2003, através do Processo nº 4992892003-7, conforme salientou a autuante em sua informação fiscal, restou comprovado nos autos que o autuado continuou exercendo a sua atividade comercial.

Com base na explanação acima, entendo caracterizada a infração, devendo, por isso mesmo, ser mantida a autuação.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores efetivamente recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** do Auto de Infração **nº 294888.0031/03-7**, lavrado contra **EFISAT COMÉRCIO DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$2.721,50**, acrescido da multa de 50% sobre R\$2.675,00 e de 70% sobre R\$46,50, previstas no art. 42, I, “b”, item 3 e III, respectivamente, da Lei nº 7014/96 e demais acréscimos legais, além do pagamento da multa no valor de **R\$460,00**, prevista no inciso XIX, do mesmo artigo e lei, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de março de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR